

AVISO DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL

Atividades de Enriquecimento Curricular - 2016/2017

1 – Nos termos do Decreto-Lei n.º 212/2009 de 03 de setembro, na redação que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 169/2015, de 24 de agosto e da Portaria n.º 644-A/2015, de 24 de agosto, torna público que se encontra aberto o procedimento concursal com vista à contratação, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo a tempo parcial, de um técnico especializado para a dinamização de Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC) – Expressão Física-Motora, de acordo com o seguinte quadro.

| Tipo de Atividade | Nº de oferta | Nº de Horas semanais | Horário semanal | | |
|-------------------------|--------------|----------------------|-----------------|-----------------|-------------------------------|
| | | | Dia de semana | Hora | Local da Prestação de Serviço |
| Expressão Física Motora | 3171 | 6 h | 2ª | 15.15h – 16.15h | 1º CEB Bidoeira de Cima |
| | | | | 16.30h – 17.30h | 1º CEB Bidoeira de Cima |
| | | | 3ª | 16.30h – 17.30h | 1º CEB Agodim |
| | | | 5ª | 15.15h – 16.15h | 1º CEB Bidoeira de Cima |
| | | | | 16.30h – 17.30h | 1º CEB Bidoeira de Cima |
| | | | 6ª | 16.30h – 17.30h | 1º CEB Agodim |

2 – Funções a exercer

As funções a exercer serão as diretamente relacionadas com o desenvolvimento de atividades educativas e formativas que incidem na aprendizagem da Expressão Física-Motora.

3 – Duração do contrato

O contrato tem data de início e de termo, não se convertendo em contrato por tempo indeterminado, nem estando sujeito a renovação automática. A data de início será 8 de março de 2017 e o termo corresponderá ao último dia de férias a que o trabalhador tiver direito, contado a partir da data de 23 de junho de 2017. Caso a aceitação da colocação se verifique em data posterior à fixada para início do contrato, a data de início corresponderá à data de aceitação da oferta pelo candidato. O período experimental do contrato por tempo determinado, de acordo com o disposto no n.º 2 do art.º 49 da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho na sua atual redação, terá a duração de 30 dias, se tiver duração igual ou superior a 6 meses, ou 15 dias, se a duração for inferior a 6 meses, sendo, que, nesta tipologia de contrato, o júri do período experimental é substituído pelo respetivo superior hierárquico imediato (Diretor do Agrupamento de Escolas).

4 – Prazo e formalização das candidaturas

As candidaturas deverão ser formalizadas mediante preenchimento obrigatório de formulário eletrónico, disponível na aplicação informática no sítio da DGAE (<http://www.dgae.mec.pt>).

O concurso encontra-se aberto pelo período de **três dias úteis** seguintes à data de validação da oferta de trabalho, na aplicação informática do SIGRHE (Sistema Interativo de Gestão dos Recursos Humanos) da Direção Geral da Administração Escolar (DGAE), em <https://sigrhe.dgae.mec.pt>

Consideram-se submetidas dentro do prazo, as candidaturas efetuadas no endereço eletrónico da DGAE até ao termo do prazo fixado para a sua apresentação.

5 – Requisitos de admissão

São requisitos de admissão ao presente concurso os requisitos gerais definidos no artigo 17º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho (LTFP):

- a) Ter nacionalidade portuguesa, salvo nos casos excetuados pela Constituição, convenção internacional ou Lei especial;
- b) Ter 18 anos de idade completos;
- c) Não estar inibido do exercício de funções públicas ou interdito para o exercício daquelas que se propõe desempenhar;
- d) Possuir robustez física e perfil psíquico indispensáveis ao exercício das funções;
- e) Ter cumprido as leis da vacinação obrigatória.

Deverá também possuir:

- a) Diploma ou certificado de habilitações profissionais legalmente exigidas para o desenvolvimento da AEC a que se candidata (comprovativo de habilitação profissional ou própria ou de formação profissional ou especializada);
- b) Declaração do tempo total de serviço;
- c) Declarações do tempo de serviço prestado em AEC.

6 – Método de seleção e critérios de ordenação:

Terminado o período de candidatura, o Agrupamento de Escolas procede ao apuramento e seleção dos candidatos.

É elaborada uma lista de ordenação, a qual, desde que contenha candidatos que cumpram os requisitos e perfil exigidos, em número superior às vagas publicitadas, se considera como reserva de recrutamento até ao final do ano escolar 2016/2017.

Os critérios de seleção a utilizar serão os seguintes (tendo como suporte a aplicação informática da DGAE):

- A) 25% - Habilitação Académica e Profissional na área a que se candidata:** Curso adequado à AEC a que se candidata e grau académico que confira habilitação profissional para a docência no ensino básico (grupos de recrutamento 110, 260 e 620).

NOTA:

Neste critério, o candidato **deve indicar a pontuação** a seguir indicada (**resposta numérica**).

Tendo em conta este critério estabelece-se a seguinte pontuação:

| Habilitação Académica e Profissional | Pontuação |
|--|-----------|
| Docentes profissionalizados nos grupos de recrutamento 110, 260 e 620. | 25 |

- B) 50% - Experiência Profissional:** Tempo de serviço até 31 de agosto de 2016, em dias, exercido na qualidade de docente com habilitação profissional para a área a que se candidata, bem como o tempo de serviço exercido em atividades de enriquecimento curricular na qualidade de profissional não docente com habilitação profissional ou especializada adequada às atividades programadas.

NOTA:

Neste critério, o candidato deve indicar a pontuação (50, 20, 12, 5 ou 0) correspondente ao tempo de serviço que possui (**resposta numérica**).

Tendo em conta este critério estabelece-se a seguinte pontuação:

| Tempo de serviço | Pontuação |
|------------------------------|-----------|
| ≥ 1825 (5 ou mais anos) | 50 |
| ≥ 1095 e < 1825 (3 a 5 anos) | 20 |
| ≥ 365 e < 1095 (1 a 3 anos) | 12 |
| ≥ 1 e < 365 (até 1 ano) | 5 |
| Sem experiência | 0 |

C) 25% - Formação Profissional - Ações de formação diretamente relacionadas com a AEC a que se candidata:

NOTA:

Neste critério, o candidato deve indicar a pontuação (25, 15, 10, 5 ou 0) correspondente ao número de horas de formação que possui na AEC a que se candidata (**resposta numérica**).

Tendo em conta este critério estabelece-se a seguinte pontuação:

| Número de horas de formação | Pontuação |
|-----------------------------|-----------|
| ≥ 75 horas | 25 |
| ≥ 50 e < 75 horas | 15 |
| ≥ 25 e < 50 horas | 10 |
| ≥ 01 e < 25 horas | 5 |
| Sem formação creditada | 0 |

7 – Critérios de Desempate

Em caso de igualdade na pontuação final do concurso, na ordenação dos candidatos prevalecerá, sucessivamente, a candidatura com:

- 1º) Maior tempo de serviço (expresso em dias) prestado até 31 de agosto de 2016;
- 2º) Maior número de horas de formação profissional (expresso em horas) realizada no âmbito da AEC a que se candidata.
- 3º) Maior idade (referir a idade até 31 de agosto de 2016, expressa em anos).

As regras de desempate serão aplicadas por ordenação do valor numérico mais elevado para o mais baixo.

8 – Publicitação de resultados

Terminado o processo de seleção, será afixada na escola sede do Agrupamento de Escolas de Colmeias e publicada na página do Agrupamento (agcolmeias.com), a **lista final ordenada** de candidatos.

A notificação dos candidatos selecionados será feita por via eletrónica para o email indicado pelo candidato.

9 – Aceitação da colocação

O candidato deverá aceitar a colocação na aplicação da DGAE, nos **2 dias úteis seguintes ao da comunicação da respetiva seleção**. Se o candidato selecionado não aceitar dentro do prazo fixado, a entidade promotora, Agrupamento de Escolas de Colmeias, procede de imediato à seleção e comunicação do candidato que se encontra posicionado imediatamente a seguir na lista ordenada.

10 – Apresentação de documentos

10.1 Ao(à) **Candidato(a) selecionado(a)** serão concedidos dez dias úteis, a contar da data de colocação, para a apresentação presencial nos Serviços Administrativos do Agrupamento de Escolas de Colmeias, ou envio para o email dir.agrup.colmeias@gmail.com, dos seguintes documentos previstos no n.º 1 do art.º 9.º, do Decreto-Lei n.º 212/2009, de 3 de setembro, bem como os documentos que comprovem as informações prestadas aquando da candidatura, no Agrupamento de Escolas de Colmeias, a saber:

- a) Diploma ou certidão de habilitações profissionais legalmente exigidas;
- b) Declaração do Tempo de Serviço em dias;
- c) Declarações do Tempo de Serviço em dias, prestado nas AEC;
- d) Prova do cumprimento das leis de vacinação obrigatória;
- e) Certidão de robustez física e de perfil psíquico para o exercício da função;
- f) Certidão do registo criminal;
- g) Fotocópia de certificados de formação profissional realizadas nos últimos 3 anos letivos;
- h) Cartão de Cidadão ou Bilhete de Identidade, NIF e NISS;
- i) Cópia do cartão da Segurança Social;
- j) Número de Identificação Bancária.

10.2 Quando o candidato contratado tiver exercido funções idênticas no ano escolar imediatamente anterior ou no próprio ano, no Agrupamento de Escolas de Colmeias, é dispensada a apresentação dos documentos referidos nas alíneas a) e d), desde que constem do processo individual respetivo e não tenha decorrido prazo de interrupção superior a 180 dias úteis contado do último dia de abono do vencimento.

10.3 Por solicitação, devidamente fundamentada, ao Diretor do Agrupamento de Escolas de Colmeias, pode ser autorizada a prorrogação do prazo previsto, até ao limite máximo de 10 dias úteis.

10.4 A não apresentação ou a apresentação de documentos inadequados, falsos ou inválidos que não comprovem as condições necessárias para a constituição da relação jurídica de emprego público, determina como sem efeito a aceitação da colocação pelo trabalhador,

comunicando-se, neste último caso, ao candidato que se encontre imediatamente posicionado na lista de ordenação, a sua colocação.

11 – Motivos de exclusão:

- Não indicar na plataforma do concurso os dados nos termos solicitados;
- A não apresentação dos documentos solicitados dentro do prazo referido;
- A apresentação de declarações que não correspondam aos factos;
- O não cumprimento das normas em vigor.

12 – Composição do júri de seleção:

A seleção dos candidatos será dirigida por um júri, constituído pelo Adjunto do Diretor – José Miragaia, pelo Adjunto do Diretor - Francisco Mendes e pela Coordenadora de Departamento Curricular - Leonor Pereira.

13 – Remuneração

Conforme o previsto para a carreira docente, ficam os técnicos recrutados vinculados, consoante a habilitação para a docência que possuam, aos índices **126** (quando detentores de habilitação igual à licenciatura) e **89** (nos restantes casos) da carreira dos educadores e dos professores do ensino básico e secundário, sendo o valor das remunerações calculado em função dos horários atribuídos.

Colmeias, 02 de março de 2017

O Diretor

